

Por uma história de práticas homoeróticas na casa de São José/Instituto Ferreira Viana (1888-1923)

For a history of homoerotic practices in the house of São José/Instituto Ferreira Viana (1888-1923)

Para una historia de prácticas homoeróticas em la Casa São José/Instituto Ferreira Viana (1888-1923)

Denize Sepulveda

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

denizesepulveda@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0001-9049-5200>

José Antonio Sepulveda

Universidade Federal Fluminense

jamsepulveda3@hotmail.com

RESUMO

Este artigo foi elaborado a partir de fontes primárias levantadas nos arquivos do Centro de Memória José do Patrocínio, responsável pelo acervo documental da antiga Casa de São José e do Instituto Ferreira Viana. Essa verificação tinha por objetivo investigar como era tratada a questão do homoerotismo dentro de uma instituição asilar no início da república; como recorte temporal definimos o período em que a instituição era masculina (1888-1923). Para isso, fizemos uso do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg como referência metodológica e do arcabouço teórico desenvolvido por Michel Foucault para entendermos o sentido do homoerotismo dentro da instituição. Diferentes documentos nos deram pistas de que práticas homoeróticas ocorriam, de forma consentida ou não, e que o controle da moralidade, via sexualidade, fazia parte de um complexo arranjo de governamentalidade, que buscava como resultado a dominação dos corpos a partir de uma ideia higienista de moral.

Palavras-chave: Casa de São José/Instituto Ferreira Viana; Moral; Homoerotismo

ABSTRACT

This article was prepared from primary sources collected from the archives of the José do Patrocínio Memory Center, responsible for the documentary collection of the former São José House and the Ferreira Viana Institute. The purpose of this check was to investigate how homoeroticism was treated within an asylum institution at the beginning of the republic; As a time frame we define the period in which the institution was male (1888-1923). For this, we

made use of Carlo Ginzburg's evidential paradigm as a methodological reference and the theoretical framework developed by Michel Foucault to understand the meaning of homoeroticism within the institution. Different documents gave us clues that homoerotic practices occurred, whether consented or not, and that the control of morality, via sexuality, was part of a complex arrangement of governmentality that sought as a result the domination of bodies from a hygienist idea.

Keywords: *House of St. Joseph/Ferreira Viana Institute. Moral. Homoeroticism.*

RESUMEN

Este artículo fue preparadp a partir de fuentes primarias recopiladas de los archivos del Centro de Memoria José de Patrocínio, responsable de la colección documental de la antigua Casa de São José y el Instituto Ferreira Viana. El propósito de este control era investigar cómo se trataba el homoerotismo dentro de una institución de asilo al comienzo de la república; como marco de tiempo definimos el período en que la institución era masculina (1888-1923). Para ello, utilizamos el paradigma probatorio de Carlo Ginzburg como referencia metodológica y el marco teórico desarrollado por Michel Foucault para comprender el significado del homoerotismo dentro de la institución. Diferentes documentos nos dieron pistas de que ocurrieron prácticas homoeróticas, ya sea consentidas o no, y que el control de la moral, a través de la sexualidad, era parte de un complejo arreglo de gubernamentalidad que buscaba como resultado el dominio de los cuerpos desde una idea higienista moraleja.

Palabras clave: *Casa São José/Instituto Ferreira Viana. Moraleja. Homoerotismo.*

O olhar dirigido às fontes documentais

As fontes documentais ao permanecerem nos arquivos, se não forem pesquisadas, não falarão por si só. É necessário que alguma pesquisadora ou algum pesquisador tenha interesse em uma temática específica para interrogar as fontes. E assim foi feito com a pesquisa que possibilitou a escrita deste artigo. Quando nos dirigimos ao Centro de Memória José do Patrocínio, localizado na Escola Técnica Estadual Ferreira Viana¹, informamos que queríamos pesquisar as fontes para levantarmos pistas, indícios e sinais

¹ Essa escola pertence atualmente à Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC).

(GINZBURG, 1989)² de situações referentes a comportamentos homoeróticos na instituição no período de 1888-1923³.

Ao apresentar nosso interesse de investigação, as funcionárias do centro de memória nos informaram que já haviam sido realizadas muitas pesquisas, oriundas de universidades públicas, e que ninguém tinha *achado* nada sobre práticas sexuais na Casa de São José, de modo que nós também não conseguiríamos achar nenhuma informação nas fontes. Apesar disso, pedimos que nos deixassem manusear os documentos, pois acreditamos que pesquisadoras e pesquisadores com perguntas diferentes de investigação têm olhares distintos ao acervo; nessa perspectiva, ressaltamos ainda que não trabalhamos com o que está aparente, mas sim recolhendo pistas do que não está perceptível num primeiro contato com a fonte.

As perguntas de pesquisas são formuladas a partir de estudos acumulados, da experiência e interesse de cada pesquisadora e cada pesquisador; portanto, nenhuma investigação será igual a outra e nem os resultados obtidos. Assim, a mesma fonte documental será manuseada e lida de diferentes formas.

Há “escuro silêncio” (LEVI, 2005, p. 69) nas fontes históricas que permanecem nos arquivos se não houver curiosidade e alguém interessado em interrogá-las. Por isso, é necessário o entendimento de que os problemas de estudo são engendrados em um complexo processo histórico e que, por essa condição, não é natural (VEIGA-NETO, 2003). Neste sentido, o pesquisador percorre uma seara em que passados se entrecruzam por meio da emergência e articulação de discursos produzidos em diferentes épocas e situações. (SOUZA, 2012, p. 150).

Dessa forma, ao pesquisarmos os documentos do Centro de Memória José do Patrocínio, deparamo-nos com indícios de que existiam questões de caráter moral nas práticas dos e com os asilados na Casa de São José/Instituto Ferreira Viana. Vale lembrar

² Para o desenvolvimento da análise documental, adotamos a noção de Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg (1989). O autor nos remete à necessidade de se trabalhar sobre os indícios que a realidade apresenta. Ler pistas e sinais, tentar entender através desses alguns significados daquilo que não temos capacidade de compreender de outro modo, captar neles informações do real não acessíveis por outras metodologias de pesquisa; é esse o fundamento do paradigma indiciário.

³ Como o nosso objeto de interesse neste estudo eram as práticas homoeróticas, acabamos nos dedicando ao período em que somente asilados/estudantes do gênero masculino frequentavam a instituição. Apesar de a mesma ter se tornado mista pelo novo regulamento, em 1916, em nossas pesquisas só encontramos registros da presença feminina a partir de 1923, em uma caixa intitulada “Currículos para as meninas”. É importante enfatizar que os livros de matrícula com data de 1921 em diante ainda não foram mapeados por nós, pois se encontram em fase de higienização, para posteriormente serem digitalizados, de modo que ainda não podemos ter contato com eles. Todavia, acreditamos que não houvesse meninas na instituição até 1920, em função da ausência de nomes femininos nos livros de matrícula e de transferências dos alunos até o ano em questão.

que uma das marcas da primeira república era o higienismo⁴, cuja preocupação com os meninos pobres, desvalidos, abandonados e órfãos se transformava numa questão de saúde pública, uma vez que boa parte deles, antes de serem asilados, vivia perambulando pelas ruas da cidade à mercê das enfermidades que assolavam a capital federal.

Tivemos exemplo dessa problemática na leitura de alguns documentos do acervo do Centro de Memória José do Patrocínio. Uma das pastas com os relatórios dos médicos da Casa de São José, referentes aos anos iniciais do seu funcionamento, citava o precário estado de saúde das crianças que chegavam à instituição. As teses higienistas, muitas vezes de base positivista⁵, entendiam que a melhor forma de controle social seria pela via da formação para o trabalho.

Chalhoub (1996, p. 22) ao apresentar os debates que ocorriam entre os políticos da corte, explicitava a importância do trabalho como forma de limpeza social.

Os debates parlamentares não respondem à questão com clareza, mas é possível perceber uma tendência: para os nobres deputados, a principal virtude do bom cidadão é o gosto pelo trabalho, e este leva necessariamente ao hábito da poupança, que, por sua vez, se reverte em conforto para o cidadão. Desta forma, o indivíduo que não consegue acumular, que vive na pobreza, torna-se imediatamente suspeito de não ser um bom trabalhador. Finalmente, e como o maior vício possível em um ser humano é o não trabalho, a ociosidade, segue-se que aos pobres falta a virtude social mais essencial; em cidadãos nos quais não abunda a virtude, grassam os vícios, e logo, dada a expressão "classes pobres e viciosas", vemos que as palavras "pobres" e "viciosas" significam a mesma coisa para os parlamentares.

Dessa forma, o trabalho funcionaria como um elemento fundamental de regeneração moral da sociedade, em especial das crianças destacadas neste texto. Assim, a ideia positivista de regeneração moral⁶ se desenvolveu por meio de uma batalha que só

⁴ O movimento higienista ganhou força no Brasil a partir do último quartel do século XIX. No entanto, foi na primeira república que esse movimento se tornou efetivo. O higienismo desponta a partir do discurso médico e da ideia de limpeza social como uma forma de se acabar com as grandes moléstias que atacavam a sociedade brasileira do início do século XX. Sendo assim, um conjunto de políticas públicas passa a ser desenvolvida com o intuito de se construir uma assepsia social a partir do controle dos corpos e de um intenso processo de adequação social, em especial, da população recém liberta da escravidão. Para mais detalhes, ver Chalhoub (1996), Câmara (2006, 2008) e Silva (2009).

⁵ Desde o final do último quartel do século XIX, as teses positivistas ganharam força, principalmente no campo militar, em especial com aqueles que participaram da proclamação da república. Tal fato possibilitou a sua difusão pela sociedade, assumindo, como era característico, um estatuto de ciência que acabou funcionando socialmente como um regime de verdade de considerável aceitação social. Ver: Alonso (1996), Lins (1967), Saviani (2007).

⁶ A tese da regeneração moral não era exclusiva dos positivistas, diversos grupos sociais apontavam essa necessidade. Portanto, não só o termo regeneração moral estava em disputa no período, mas

poderia ser vencida a partir da educação, o que justifica toda a atenção dada por agentes do Estado a práticas morais não convencionais ocorridas em instituições totais (FOUCAULT, 1987) como, por exemplo, a Casa de São José.

Mais uma vez Chalhoub (1996, p. 29) nos ajuda a entender a importância do trabalho vinculado à educação.

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre a repressão à ociosidade, que temos citado, a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores.

Com efeito, a Casa de São José cumpria efetivamente o projeto pensado por diferentes grupos a fim de combater os “vícios das classes pobres”. Uma vez constatado isso, coube a nós entender as diferentes nuances referentes à regeneração moral aplicada na instituição.

Nesse sentido, o Centro de Memória José do Patrocínio, que abriga a documentação da Casa de São José, carrega hoje em seu acervo uma série de indícios que nos justifica crer na existência de um complexo regime de controle, cuja retidão moral se apresentava como um objetivo importante. Dessa forma, como em termos metodológicos nossas investigações se tecem por meio de pistas e não por fatos aparentes, iniciamos a nossa pesquisa com as fontes documentais tendo em mente entender o dispositivo de poder-saber que estabelecia padrões de moralidade nas práticas e comportamentos dos meninos asilados, especialmente tentando compreender como era feito o controle de suas sexualidades.

Para isso, necessitamos presumir o invisível a partir do que estava visível, já que o tema sexualidade não aparecia de forma direta no acervo escolar. Sendo assim, procuramos rastrear os documentos com base nos indícios que se apresentavam. Nesse sentido, cabe destacar que o trabalho de tessitura da história se dá a partir de uma série de conexões e

também o sentido do termo, ou seja, católicos, liberais de diferentes matizes teóricas, anarquistas e outros grupos defendiam as suas próprias concepções de regeneração moral. Todavia, entendemos que a matriz positivista, pelo seu caráter cientificista, preponderava sobre as demais. Ver Cunha (2014).

conjecturas, cuja certeza dos fatos só existe até que se prove o contrário, ou seja, o historiador trabalha com o verossímil, nunca com a certeza. Ginzburg (2002, p. 57-58) afirma que

- a) a história humana pode ser reconstruída com base em rastros, indícios, *semeia*;
- b) tais reconstruções implicam, implicitamente, numa série de conexões naturais e necessárias (*tekmeria*) que têm caráter de certeza: até que se prove o contrário, um ser humano não pode viver duzentos anos, não pode encontrar-se, ao mesmo tempo, em dois lugares diferentes, etc., e
- c) fora dessas conexões naturais, os historiadores se movem no âmbito do verossímil (*eikos*), às vezes do extremamente verossímil, nunca do certo – mesmo que, nos seus textos, a distinção entre “extremamente verossímil” e “certo” tenda-se a desvanecer.

Verdadeiro e verossímil, provas e possibilidades entrelaçam-se no trabalho da historiadora e do historiador, porém são questões distintas umas das outras e nos lembram um jogo de espelhos, no qual o entrecruzamento entre realidade e ficção, entre verdade e possibilidade, está no centro das elaborações da historiografia atual, uma vez que, em alguns casos, na análise documental não se encontram provas irrefutáveis, mas sim possibilidades históricas. Assim, a questão da prova continua sendo alvo das pesquisas em história, contudo o verossímil e a possibilidade atualmente podem ser conjugados na escrita dessa mesma história (GINZBURG, 1991).

Dessa forma, podemos enfatizar que a pesquisa que ora apresentamos, apesar de ser resultado de leituras documentais, está no campo das possibilidades históricas e não das provas irrefutáveis, uma vez que nos utilizamos do “Paradigma Indiciário”, de Ginzburg (1989).

A Casa de São José e os meninos

A Casa de São José foi inaugurada em 9 de agosto de 1888, após a *abolição* da escravatura no Brasil. A instituição tratava-se de um asilo destinado a receber e educar meninos desvalidos, órfãos ou abandonados, de seis a doze anos de idade. O estabelecimento oferecia a eles o ensino primário elementar, como também oficinas de trabalhos manuais.

Posteriormente, em 1904, na administração de Pereira Passos, a Casa de São José ganhou um novo regulamento, passando a estabelecer quantidade e faixa etária do seu público: duzentas crianças e jovens com, no máximo, quatorze anos.

É importante enfatizar que o asilo se caracterizava pelo trinômio assistência, instrução e profissionalização, sinalizando, assim, a existência de diferentes formas escolares de educação no Brasil oitocentista. No século XIX, havia uma enorme gama de modelos educacionais, assim, tínhamos diferentes pessoas fazendo usos distintos das instituições existentes, fossem elas de caráter especificamente educativo ou não, redefinindo os espaços e os tempos sociais. “As pesquisas historiográficas recentes fornecem subsídios para que possamos construir outras percepções sobre a diversidade de formas de educação e dos processos múltiplos de socialização de indivíduos e grupos sociais ao longo do tempo [...]” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 19-20).

A Casa de São José foi um desses espaços diversos, em que a assistência, a instrução e a profissionalização estavam conjugadas na formação dos meninos e jovens, tendo, portanto, o objetivo de preparar os desvalidos, os pobres, para o trabalho a partir da difusão de saberes elementares mínimos e de aprendizagem de ofícios manuais. Não podemos deixar de analisar que em 1888 a *abolição* da escravatura acabara de se consolidar e havia a necessidade, por parte dos governantes, de incutir na população brasileira, uma nova mentalidade sobre a questão do labor. Numa sociedade recém-saída da escravidão, que ainda possuía uma mentalidade escravagista, o trabalho era associado aos escravos, e, portanto, visto de maneira depreciativa. Gondra e Schueler (2008, p. 107-108) afirmam que

A difusão dos saberes elementares e a aprendizagem de ofícios manuais, ligados a postos nas manufaturas, indústria, comércio e oficinas, parece ter sido uma fórmula amplamente difundidas no Ocidente, [...]. Até hoje esta é uma fórmula acionada para lidar com a inclusão regulada de crianças e jovens pobres na sociedade. Com esta estratégia, evitam-se os perigos representados pela população posta à margem e, ao mesmo tempo, abastece os postos de trabalho com uma “gente” minimamente capacitada e disciplinada, [...]. Neste sentido, as autoridades competentes e o universo da filantropia percebiam os asilos, as oficinas e as escolas elementares como uma forma de assistência social, mas também como medida de controle social, posto que, frequentemente, a população pobre e desassistida foi representada sob os adjetivos de “arruaceira, capoeira e delinquente”. Deste modo, ao combinar rudimentos de instrução com aprendizagem profissional, assistiam, controlavam o mundo da “desordem” e, por tabela, ofereciam uma mão de obra minimamente disciplinada, qualificada e, sobretudo, farta e barata. Educados nestes termos, estariam sendo úteis a si e a sua pátria.

Durante a virada do século XIX para o século XX, os asilos eram vistos como locais para recuperar e regenerar os marginalizados moralmente atingidos pela experiência da escravidão. Portanto, a Casa de São José foi fundada para assumir a função de recuperação, de regeneração moral dos filhos dos ex-escravos, dos pobres e para prepará-los para o trabalho.

Na pesquisa de campo, manejando a documentação, obtivemos pistas de que tal visão foi acolhida pela sociedade brasileira. No livro de matrículas da instituição, pudemos perceber que os meninos eram asilados a partir do requerimento do Ministro do Interior, do Ministro dos Negócios da Justiça, do Juiz de Órfãos, do Chefe de Polícia, da Diretoria de Higiene e Assistência Pública e pela solicitação dos próprios parentes dos meninos. A prioridade era dada aos órfãos, contudo, as crianças desvalidas também eram aceitas.

De certa forma, a Casa de São José era uma tecnologia de governamentalidade sobre uma parcela da população, que visava o controle da vida de meninos e jovens desvalidos, a promoção sobre a vida como problema político e a elevação desta por parte da estrutura estatal. Sobre governamentalidade, Foucault (2008, p. 143-144) entende:

O conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por 'governamentalidade' entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de 'governo' sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes [...].

Portanto, inferimos que a Casa de São José emergiu como um dispositivo de poder-saber, tendo como objetivo governar crianças e jovens desvalidos, órfãos, pobres ou abandonados, tendo como principais funções abrigar, instruir e profissionalizar.

Foucault entende que as relações de poder consistem num campo de ações de múltiplas possibilidades, porém de uma mesma natureza: desde agir sobre uma população, agir sobre as ações de outrem (governo dos outros) até agir sobre a própria conduta (governo de si mesmo). A macropolítica torna-se indissociável da micropolítica (CANDIOTTO, 2010, p. 37).

Segundo Foucault (1987), o poder não emana somente do Estado; existem formas de seu exercício que estão a ele articuladas de maneiras variadas e que são, muitas vezes, imprescindíveis à sua conservação e ação eficaz. Algumas instituições, portanto, assumem técnicas de regulação, controle e dominação que são importantíssimas para o funcionamento do Estado. E são essas características que se manifestam quando o poder-saber assume por alvo a população, o corpo humano, criando dispositivos para aprimorá-lo e adestrá-lo.

A cada momento, são as táticas de governo que permitem definir o que é da competência do Estado e o que permanece fora dela, o que é público e o que é privado, o que é estático e o que é não-estático. Assim [...], só é possível compreender a sobrevivência e os limites do Estado levando em conta as táticas gerais da governamentalidade (FOUCAULT, 2008, p. 112).

Portanto, com base no pensamento de Foucault (1987), podemos argumentar que a Casa de São José era uma instituição disciplinar que atuava como operadora do adestramento do corpo de certa parte da população, mais especificamente dos órfãos, pobres, abandonados e desvalidos sociais, e funcionava como um microscópio de observação do comportamento de seus abrigados, na tentativa de produzir comportamentos homogêneos e normalizados.

A população aparece como sujeito de necessidades, de aspirações, mas também como objeto nas mãos do governo; como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça. O interesse individual – como consciência de cada indivíduo constituinte da população – e o interesse geral – como interesse da população, quaisquer que sejam os interesses e as aspirações individuais daqueles que a compõem – constituem o alvo e o instrumento fundamental do governo da população. Nascimento, portanto, de uma arte ou, em todo caso, de táticas e técnicas absolutamente novas (FOUCAULT, 1979, p. 289).

Sendo assim, o conceito de governamentalidade foi fundamental na análise dos documentos para percebermos as regras de controle pelas quais os meninos e jovens asilados eram submetidos, e os discursos que foram produzidos sobre eles. Esse movimento foi necessário para desinvisibilizar as histórias de sujeitos que estavam invisibilizados pelas fontes e pelo tempo, pois o que importa, muito mais do que “a” história, são as histórias humanas, quaisquer que sejam e por mais insignificantes que pareçam. Assim, como já foi dito, além do conceito de governamentalidade, adotamos para leitura

dos documentos a noção de Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg (1989), como pode ser visto a seguir.

Os discursos produzidos na Casa de São José/ Instituto Ferreira Viana

Ao iniciar a pesquisa no Centro de Memória José do Patrocínio, tivemos contato com uma pasta na qual encontramos alguns pedidos de professoras e professores adjuntos, assim como de substitutos, solicitando a punição de alguns alunos que não apresentavam bom comportamento. Esses documentos eram relativos ao ano de 1911⁷.

Exmo Sr Dr Barcellos⁸

Acham-se privados de visita pelo mau comportamento os menores:

(4179) Jonathas da Costa

(129) Valdimar de Almeida

Rio. 30 de setembro de 1911

A auxiliar

Carmen Navarro Martins

(Arquivo do Centro De Memória José do Patrocínio, 1911, Caixa Solicitações de Professores e Auxiliares).

Segundo Foucault (1987), no decorrer da era clássica, foram construídas, com o objetivo de punição, técnicas de vigilância múltiplas e entrecruzadas. Essas técnicas são uma forma de regulação que o poder exerce, e elas atuam pelo efeito de uma visibilidade

⁷ Na consulta aos documentos da instituição, começamos pelos livros de matrículas do ano de 1888 e chegamos aos 1920. Em seguida, as funcionárias ou pesquisadoras do Centro de Memória nos forneceram caixas com documentos que considerávamos importante para a pesquisa. Observamos que eles estavam organizados por assunto e ano, e que para além de catalogados estavam informatizados, com exceção de alguns. Assim, as informações chegavam a nós algumas vezes pelas próprias funcionárias ou pelas pesquisadoras, outras pelos dados digitalizados, ou ainda pelas caixas temáticas que continham documentos sobre reclamações e punições de professores e funcionários a alunos com mau comportamento. Consideramos, portanto, que deveríamos consultar essas caixas e a primeira que nos foi entregue foi a do ano de 1911.

⁸ Por uma questão metodológica, toda vez que trouxermos as escritas dos documentos elas estarão em itálico, pois assim as diferenciamos das citações teóricas.

⁹ Os números atribuídos aos estudantes pela instituição aparecem também nos livros de matrícula ao lado de seus nomes.

geral. Assim, os pedidos de punições das professoras e professores podem ser entendidos como uma técnica de governamentalidade que possibilitava controlar os comportamentos dos alunos, uma forma de modular as atitudes de todos.

Rio, 1 de Julho de 1911

Para disciplina da classe, e exemplos dos outros alumnos¹⁰ julgo de proveito punir os seguintes:

(256) Antonio Leopoldino

(141) Arthur de A. Guimarães

(356) Sylvio dos Santos

a adjuncta

Iva Ribeiro Gomes

(Arquivo do Centro De Memória José do Patrocínio, 1911, Caixa de Solicitações de Professores e Auxiliares).

Também foi possível observar que os alunos que não apresentaram bom empenho no processo de aprendizagem eram alvos de solicitação de punições e privações, o que nos soa como pista de que no processo de aprendizagem esses estudantes deveriam compreender a falta que cometeram por não apresentarem uma concentração considerada satisfatória.

Sr. Dr. Director da Casa de São José

Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que, de acordo com as disposições regulamentares em vigor, devem ficar punidos de visitas os alunos Antonio Carlos Dias e Nestor Ferreira por não terem tido applicação durante o mês findante.

Casa de S. José, 30 de setembro de 1911.

A. Carlos Luiz de Vargas Dantas

Professor (Arquivo do Centro De Memória José do Patrocínio, 1911, Caixa de Solicitações de Professores e Auxiliares).

As punições e as privações vivenciadas por esses estudantes atuavam como dispositivos de poder-saber, regulação e controle, e estavam presentes na atuação de algumas professoras e professores. A noção de dispositivo tem uma função estratégica – a de anunciar uma nova concepção de poder. Foucault (2006) diz que o dispositivo determina a lógica do jogo que pode existir entre os elementos que possuem os discursos científicos, filosóficos, morais, institucionais, além de leis para suplantar a dualidade entre as formações discursivas, que representam o saber, e as não discursivas, que representam

¹⁰ É importante destacar que a transcrição dos documentos foi feita respeitando a grafia da época.

o poder. Temos um dispositivo quando as ancoragens do poder se articulam com as do saber formando assim imbricamento entre eles. Os dispositivos são processos especiais e não possuem ordenações estáveis.

O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 1979, p. 246).

Segundo Foucault (1987), como já foi sinalizado, o poder não emana somente do Estado; existem formas de seus exercícios que estão a ele articuladas de maneiras variadas e que são, muitas vezes, imprescindíveis à sua conservação e ação eficaz. Algumas instituições, portanto, assumem técnicas de regulação, controle e dominação que são importantíssimas para o funcionamento do Estado. Os documentos analisados são indícios de que a Casa de São José parecia ser uma dessas instituições, uma vez que além de controlar o comportamento que os alunos deviam apresentar, também regulava as maneiras como as aprendizagens dos estudantes deveriam ocorrer. Como alguns não estavam se empenhando na aprendizagem da maneira esperada, eram alvos de punições e privações em busca da homogeneidade pretendida, para que ela se efetivasse nos processos de ensinar e aprender.

Na continuidade da pesquisa de análise documental também tivemos acesso a outra caixa do mesmo ano (1911), na qual continha relatórios de algumas inspetoras, de alguns inspetores e de auxiliares sobre determinados meninos e jovens que demonstravam um “mau comportamento”. Contudo, esse “mau comportamento” não estava relacionado à sala de aula e sim à ida deles a uma chácara que ficava no interior da instituição. Por esse motivo, esses profissionais solicitavam igualmente a punição desses meninos e jovens.

Devem ficar privados de visitas por terem mau comportamento, por frequentarem a chácara, os menores:

Antonio Dias (341)
João Avelino (326)
Álvaro Torres (283)
Edgar Lima (29)
Agapito de Almeida (97)
Nestor Ferreira (234)
José Américo (178)
Floriano Magalhães (297)
Tancredo de Mello (39)
Adriano (---)
Jayme da Silva (27)

Outubro, 10 de 1911

*Auxiliar de Inspetora
Seraphina de Lima*

(Arquivo do Centro De Memória José do Patrocínio, 1911, Caixa de Relatórios de Inspetores e Auxiliar de Inspetores).

Quando lemos esse primeiro documento, ficamos inquietos com tal questão, de modo que passamos a questionar o motivo dessa punição. Tentamos entender o porquê de esses alunos serem pontuados como tendo um “mau comportamento” por irem à chácara. Também interrogamos por que os estudantes mencionados na sala de aula, não eram os mesmos citados pelo motivo de frequentarem a chácara. Os alunos Antonio Dias e Nestor Ferreira tiveram seus nomes mencionados pelo professor Carlos por não terem tido aplicação, mas não por “mau comportamento”. Nesse sentido, cabe explicitar que o significado da palavra aplicação se relaciona com esforço, empenho e dedicação, não apresentando correspondência com a questão do comportamento.

Quanto mais pistas obtínhamos a partir da pesquisa documental, mais dúvidas surgiam. No segundo relatório que tivemos acesso, estava escrito: “*considero com péssimo comportamento e desobedientes, apesar dos esforços q’ empregamos os menores que frequentam assiduamente a chácara, atraz da casinha, banheiro*”. Essa descrição apresentou-se para nós como um indício de que o péssimo comportamento poderia estar relacionado a questões morais. Como já mencionado, neste período, o país vivenciava a proposta de regeneração moral da sociedade, prática esta que pode ser percebida na escrita da inspetora ao relacionar o péssimo comportamento dos alunos ao uso frequente do banheiro da chácara (casinha). Assim, passamos a refletir sobre os motivos que levavam a inspetora a entender que ir atrás da casinha e do banheiro seria um “mau comportamento”. Tentamos compreender o que a inspetora queria dizer com a frase que formulou e o que significava para ela.

Enquanto arriscávamos entender o que a inspetora tinha em mente quando formulou a preleção acima, mais levantávamos sinais de que tal discurso se configurava como um dispositivo de verdade, visto que o mesmo parece indicar a lógica de um funcionamento moral, no qual meninos e jovens não podiam frequentar a chácara juntos e nem o banheiro que ficava nesse recinto.

Um dispositivo de verdade seria uma estratégia para apreender os jogos de poder-saber que produzem as verdades e o falso, ou seja, é uma maneira de problematizar o que o Estado produz como verdadeiro e falso e o que também é produzido nas instituições sociais (FOUCAULT, 1996). O poder e a verdade estão interligados. A verdade é produzida

pelo discurso numa relação de poder-saber e este, por sua vez, opera em acoplamento com a verdade. Cada sociedade autoriza e faz funcionar os tipos de discurso que considera como verdadeiros.

Dessa forma, a escrita produzida pela mencionada inspetora deixou pistas de que seu discurso não era neutro e possuía uma intenção, uma vez que a ida de meninos e jovens à chácara e ao banheiro sugere um acontecimento que fugia à regra moral da Casa de São José. Assim, para levantar mais indícios, fomos fazendo a leitura dos demais relatórios, na tentativa de tecer alguns fios que nos ajudassem a caminhar na pesquisa. Ao término da primeira leitura dos documentos, fomos colocando-os lado a lado, para formarem um desenho coerente, como os que encontramos muitas vezes nos tapetes, e, assim, fazer as conexões, para que nos possibilitassem olhar e sentir em várias direções (GINZBURG, 1989).

Foi assim que nos deparamos com o vocábulo “hábito” em um dos relatórios e passamos a indagar o motivo pelo qual fora escrita no documento. Mais especificamente nos perguntamos qual o sentido que essa expressão teria para quem a escreveu. Foucault (2007) diz que quando usamos uma palavra, o que está em jogo é o conteúdo concreto e a ordem que ela procura instaurar no interior da linguagem e no sistema de coisas.

A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segunda a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada (FOUCAULT, 2007, p. XVI).

Sendo assim, a expressão “hábito”, ao aparecer no relatório, soou-nos como sinal de que ela tentava expressar um conteúdo para organizar a ordem na Casa de São José, uma vez que a ida dos estudantes à chácara parecia ser entendida como um “mau comportamento”, certamente relacionado à desordem moral.

Dando continuidade à leitura dos documentos, deparamo-nos, em outro relatório, novamente, com a expressão “hábito”, precedida da qualidade mau, da seguinte forma: *“lista nominal de alunos que têm o mau hábito de ir a chácara”*. Assim, o fato de o vocábulo “hábito” vir qualificado nos discursos de ambos os relatórios foi tornando mais forte para nós a percepção de que esses alunos estariam praticando ações que fugiam às regras morais de conduta estabelecidas pela Casa, bem como pela sociedade da época. Por que será que ir à chácara era considerado um mau hábito a ponto de motivar a inclusão dos nomes dos estudantes que a frequentavam numa lista? Por que será que nos discursos dos relatórios o

vocábulo “hábito” foi escrito? Portanto, essa expressão foi aos poucos se tornando uma intensa pista para nós pesquisadores de que havia uma questão de moralidade dos meninos e jovens que frequentavam a chácara.

Após a leitura das fontes documentais, novamente percebemos a ação da governamentalidade na Casa de São José. Podemos ponderar que os discursos de algumas inspetoras e de alguns inspetores, observados nos relatórios, são produções de verdade sobre possíveis maus hábitos morais, sinalizando que os meninos e jovens que visitavam a chácara eram punidos como forma de disciplinar suas práticas morais.

Destarte, podemos levantar como indícios que os discursos presentes nos relatórios da Casa de São José são produções de verdade construídas pelo poder-saber, instituído a partir do uso do dispositivo de verdade. Dessa forma, temos algumas pistas de que esses discursos encontram no poder as suas condições de existir, de forma que influenciaram a maneira de ver os internos, produzindo argumentos semelhantes para legitimar a punição de alguns meninos e jovens que frequentavam a chácara e o banheiro. Para Foucault (1996, p. 136-137), o discurso é

Um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização: um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política.

A partir de suas regras internas e externas, os discursos organizam e ordenam os sentidos por onde passam e criam uma realidade possível. Assim, podemos inferir que os discursos presentes nos relatórios da Casa de São José, por serem dispositivos de poder-saber, produziram uma verdade sobre os meninos e jovens que frequentavam a chácara e o banheiro. Todavia, os documentos não evidenciam o sentido de moral ou de regeneração moral existente nas idas dos meninos a esses espaços, o que nos leva a perceber que essa questão estava carregada de elementos obscuros, uma vez que o comportamento praticado por esses meninos nesses ambientes era descrito nos relatórios como de “mau comportamento” e “mau hábito”.

Apontamos como hipótese que o elemento que caracterizava o “mau comportamento” e o “mau hábito” estava relacionado com questões homoeróticas, como apresentaremos na próxima seção.

Algumas pistas sobre as práticas homoeróticas

É importante salientar que optamos por escolher os termos erótico e homoerótico em substituição aos atuais vocábulos homossexual e homossexualidade, em função de entendermos que, no recorte temporal de nossa pesquisa, essas expressões não possuíam a conotação atual.

O termo homossexual¹¹ foi cunhado na segunda metade do século XIX e muito utilizado pela área médica, de modo que não era de uso corrente no Brasil. Em nosso país as palavras mais usadas eram sodomita e pederasta (GREEN, 2000). Quando as palavras homossexual e homossexualidade eram mencionadas, estavam invariavelmente associadas ao saber médico. Sendo assim, nas fontes documentais por nós utilizadas no centro de memória não encontramos referências a essa terminologia e sim a “atos atentatórios a moral” e “indecências com os alunos”.

A escolha do vocábulo a ser usado é de grande importância, pois expressa conceitos da cultura e do tempo investigado. Assim sendo, optamos pelo uso dos termos homoerotismo e práticas homoeróticas, por serem esses termos utilizados por alguns pesquisadores (ESTEVES; AZEVEDO; FROHWEIN, 2014) em relação a outros tempos históricos, mesmo estando cientes de que na atualidade os termos mais comuns são homossexualidade e práticas homossexuais.

[...] Consideramos que um dos desafios desta coletânea seja semelhante ao desafio do tradutor. Isso porque, em realidade, o que nos propomos a fazer é traduzir experiências eróticas das sociedades antigas de modo que elas sejam compreendidas para o homem moderno. Essa operação, que parece simples, encontra seu primeiro obstáculo na escolha de um vocabulário comum, apto a trasladar os conceitos das culturas-origem – as diversas culturas gregas e a cultura romana – para a cultura-fim – a nossa cultura, ocidental, brasileira, do séc. XXI (ESTEVES; AZEVEDO; FROHWEIN, 2014, p. 13).

¹¹ O romancista austríaco Karl-Maria Kertbeny cunhou o termo homossexual em 1869. Posteriormente, o naturalista e higienista alemão, Gustav Jager, na década de 70 do séc. XIX, usou o termo de Kertbeny em seu livro "Descoberta da Alma" (1880). Mais à frente, em 1886, o médico-psiquiatra alemão, Richard von Krafft-Ebing, fez uso dos termos homossexual e heterossexual em seu livro "Psychopathia Sexualis.", tornando-os popular entre leigos e médicos, de modo que tais palavras ganharam maior aceitação para designar orientação sexual. Ver Green (2000) e Borrilo (2010).

Assim, o que segue é fruto de nossas leituras e interpretações a partir do contato com as fontes documentais (CARDOSO, 2014). Vale destacar ainda que, a partir de nossa análise, possibilitamos não só desinvisibilizar uma história oculta de práticas homoeróticas, mas também indiciar complexas relações produzidas em instituições asilares de caráter coercitivo, que vão para além da prescrição estabelecida para instituições totais (FOUCAULT, 1987).

Durante a tessitura da pesquisa, após termos contato com os relatórios dos inspetores, tivemos acesso a uma pasta chamada “Discentes”, do ano de 1905. Nela, havia vinte e quatro documentos médicos sobre os asilados da instituição, de modo que um deles nos chamou atenção.

*Eu, abaixo assinado, fiz Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro
Attesto que o menino Antonio de Araújo Silveira, filho da Senhora D. Argentina Macedo da
Silveira, se acha afetado de hum pequeno abcesso na coxa direita, junto da região ignal,
pelo o que se acha impossibilitado de andar e consequentemente de cobrir a sua.
Certifico levanta de, a quem afira a fé do meu grau.*

Capital Federal 24 de Março de 1905

Dr João Pereira Lopes

(Arquivo do Centro De Memória José do Patrocínio, 1905, Caixa “Discentes” com relatórios médicos).

É importante destacar que a maioria dos documentos médicos que tivemos acesso, eram relatórios para o diretor da Casa São José, informando o número de asilados consultados, suas enfermidades, o tratamento efetuado, o material médico usado, solicitações de internações, pedidos de compras de medicamentos e outros materiais necessários. Assim os atestados médicos eram poucos. O descrito acima foi o primeiro que tivemos contato, despertando desse modo um cuidado em nossa avaliação. A questão de o menino Antonio ter um hematoma em sua coxa direita, ao lado da região ignal, aparecia de forma significativa para alguns questionamentos. Por que será que fora feito um atestado médico informando que o menino apresentava um hematoma na coxa direita e que por isso não podia cobrir a mesma? Por que não havia atestados para os outros asilados que foram submetidos a outros atendimentos, tratamentos, internações e constavam dos relatórios? Para quem foi direcionado esse atestado médico? Essas foram perguntas para as quais não tivemos respostas imediatas, mas que nos inquietaram muito e nos levaram a fazer outras duas indagações: o que não está dito neste atestado, o que está excluído dele, mas que parece informar algo? O que significa o silêncio daquilo que não está dito na escrita do médico?

Para tentar encontrar respostas as nossas inquietações, amparamo-nos mais uma vez em Foucault (1996), pois o silêncio presente no atestado parecia um indício proposital para o controle da ordem na instituição. Parecia haver a interdição de uma temática que se fosse dita poderia alterar a ordem moral da Casa de São José. O silêncio aparecia como um sinal de governamentalidade, do controle do que podia ser dito na e sobre a instituição; era um recurso que limitava a enunciação. Dessa forma, entende-se que há na interdição um aparato de controle que impede que se possa dizer tudo sobre determinado assunto.

Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: temos aí o jogo de três tipos de interdições que se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando uma grade complexa que não cessa de se modificar. Notaria apenas que, em nossos dias, as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: como se o discurso, longe de ser esse elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, fosse um dos lugares onde elas exercem, de modo privilegiado, alguns dos seus mais terríveis poderes. Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder (FOUCAULT, 1996, p. 9 -10).

O conceito de interdição nos ajudou a compreender que o silêncio presente na escrita do médico parecia estar ligado com questões de moralidade e de uma possível prática erótica.

Ao continuarmos a ler os atestados médicos, destacamos o caso do *Senhor Virgolino Antonio Proença*¹², que recebeu dois sinalizando a possibilidade da prescrição médica ter relação com práticas eróticas.

Rio de Janeiro, _____ de _____ de 191_____

Eu abaixo assinado, Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, etc.

Attesto que o Senhor Virgolino Antonio Proença tem estado doente de ecsema rubrum (agudo) desde o dia 16 do corrente, e em repouso por mim determinado.

O referido é a verdade e o juro em fé de meu grau.

Rio, 31 de agosto de 1912

Augusto Daniel de Araujo Lima

(Arquivo do Centro De Memórias José do Patrocínio, 1912, Caixa “Serviços clínicos e dentários” com relatórios e atestados médicos).

¹² Usava-se o pronome de tratamento Senhor como formalidade ao se referir aos jovens.

O primeiro atestado do Senhor Virgolino Antonio Proença é informativo de uma doença de pele e diz que, em função dessa enfermidade, ele necessitava de descanso, o que nos parece ser coerente com os procedimentos médicos adotados. Contudo, tivemos a mesma sensação do atestado médico datado de 1905 e já analisado por nós; ou seja, havia um silêncio no discurso presente, como se algo não pudesse ser dito, para manter uma ordem moral na instituição. O silêncio atua com os limites das formações discursivas, influenciando, assim, no que se pode dizer, uma vez que se faz necessário não dizer para poder comunicar.

Assim, continuamos a desenvolver a pesquisa e fomos lendo os relatórios médicos e os atestados que estavam presentes na pasta por nós investigada. E foi então que nos deparamos com o segundo atestado para Virgolino Antonio Proença:

Senhor Joaquim Marcellino de Brito, Doutor em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro e etc, etc.

Attesto que está sob os meus cuidados médicos em tratamento de uma eczema de forma [ilegível] na face interna das coxas e órgãos sexuais que o impedem de ir a aula de manhã - o mês de outubro do corrente anno o Senhor Virgolino Antonio Proença

Rio de Janeiro 30 de Outubro de 1912

Doutor Joaquim Marcellino de Brito Augusto Daniel de Araujo Lima

(Arquivo do Centro De Memórias José do Patrocínio, 1912, Caixa “Serviços clínicos e dentários” com relatórios e atestados médicos).

Foi justamente esse atestado que aumentou nossa inquietação, principalmente em função do teor do discurso escrito, pois rompia com o silêncio presente nos anteriores. Pela primeira vez, o discurso pronunciado pela escrita do médico nos deu pistas consistentes de que o mal que acometeu o jovem podia estar relacionado a práticas homoeróticas. Afinal, por que motivo o aluno estaria com um eczema na face interna das coxas e órgãos sexuais? E por que o médico pedia para que ele ficasse um mês sem frequentar as aulas na parte da manhã? Será que tal solicitação era uma forma de proteger o aluno? Vale lembrar que esse jovem já havia sido diagnosticado com uma enfermidade semelhante, o que nos leva a crer em duas hipóteses: a primeira é que ele possuía uma doença crônica que o obrigava a, eventualmente, faltar às aulas para se tratar; a segunda é que ele tinha uma frágil imunidade que o levava a adoecer. No entanto, causou-nos estranheza o fato das doenças relatadas se referirem a problemas de pele e nas regiões pubianas.

Nesse momento da pesquisa ainda existiam muitas inquietações e dúvidas. Os indícios levantados até aquele momento ainda não nos davam embasamentos para crer que tais enfermidades se relacionavam a práticas homoeróticas. Por isso, continuamos

realizando nossa pesquisa com as fontes documentais. Assim, tivemos acesso a uma caixa denominada “Correspondência Interna do médico para o diretor do Instituto Ferreira Viana¹³ – sobre alunos suspeitos de Syphilis”, datada de 1919. Nela, encontramos três relatórios sobre a questão da sífilis e destacamos um para ser abordado neste artigo.

O referido relatório é escrito pelo Dr. Ricardo, médico substituto da instituição, em duas folhas de papel almaço, datado de 10 de outubro de 1919. No documento, ele informa que alguns alunos da instituição estão com suspeita de sífilis e precisam fazer um exame médico no Instituto Oswaldo Cruz para confirmar a desconfiança.

*Ilmo e Exmo. Sr. Silveira Lobo, D. D Director do Instituto Ferreira Viana.
Meus cumprimentos.*

Durante as visitas diárias que venho fazendo a este instituto, em substituição ao seu médico efetivo que se acha doente, tenho observado diversas crianças, tanto na enfermaria como na consulta, que me parecem suspeitas de syphilis.

*O crânio mal conformado de algumas, o retardamento intelectual ou a instabilidade de outras, as suas crises motoras e outras manifestações talvez epiléticas, é possível que tenham a syphilis como substractum. Frequentes são as manifestações inflamatórias e dermativas para o lado da mucosa bucal, que, si, em muitos casos serão devidas a pura irritação de natureza alimentar, em outras apresentam antes o aspecto de placas mucosas, cujos perigos, em um internato, não carecem de comentários. Considerando ainda que, em sua quase totalidade, essas crianças são oriundas das classes pobres, onde apenas são tratadas, e mal, as manifestações ruidosas da syphilis, e que portanto muitas serão hereditárias, penso que seria de grande alcance apurar o estado de sangue á essas crianças supeitas, para o que, não apresentando elas manifestações clínicas evidentes a reação de Wassermann¹⁴ seria o recurso indicado. (...)
Reenvio a V. Ema. os meus cumprimentos.*

*Dr. C. Ricardo
- médico escolar
Rio de Janeiro, 10 - out. 1919*

(Arquivo do Centro De Memórias José do Patrocínio, 1919, Caixa “Correspondência Interna do médico para o diretor do Instituto Ferreira Viana – sobre alunos suspeitos de Syphilis” com relatórios médicos).

A existência de um diagnóstico inicial de sífilis e o grau de preocupação do médico nos dão sinais de que havia por parte dele um medo de proliferação da doença pela instituição. A medicina da época não havia ainda desenvolvido

¹³ A Casa de São José, a partir de 1916, recebeu a nova denominação Instituto Ferreira Viana, devido ao novo regulamento de funcionamento da instituição. Portanto, as análises feitas a partir dessa data não mais mencionarão a Casa de São José.

¹⁴ Teste usado para o diagnóstico da sífilis. Examina-se uma amostra de sangue do doente para detectar a presença de anticorpos para o *Treponema pallidum*, utilizando uma reação de fixação do complemento. A reação positiva indica a presença de anticorpos e, portanto, de infecção sífilítica.

nenhuma forma eficiente de cura, de modo que se debruçava sobre maneiras de prevenção da transmissão da doença e, apesar do médico apontar para uma origem hereditária da enfermidade, havia indícios de que sua preocupação, explícita no documento, seria de uma contaminação, que poderia ser feita pela via sexual, uma vez que em sua escrita há uma indicação das possíveis características da sífilis, com destaque para as “*placas mucosas cujos perigos, em um internato, não carecem de comentários*”. Nessa afirmação aparecem algumas pistas sobre a preocupação do médico quanto a um contágio da moléstia.

A primeira pista pode ser encontrada nas palavras “placas mucosas”, pois elas são características da sífilis e se apresentam por uma tonalidade esbranquiçada, são irregulares, indolores, podendo se difundir por todo o tecido conjuntivo. Isso pode acontecer em qualquer superfície mucosa, mas ocorre mais comumente na língua, lábios, mucosa jugal, palato e amígdalas, assim como na vagina, pênis e anus, ou seja, a doença se propaga principalmente pela relação sexual (AVELLEIRA; BOTTINO, 2006). A segunda pista diz respeito ao silêncio do Dr. Ricardo quanto aos perigos que as placas mucosas representam em um internato. Na realidade, a falta de comentários mais precisos diz respeito a um silêncio que muito diz (FOUCAULT, 1996), ou seja, num internato de meninos a contaminação poderia se dar por meio de práticas homoeróticas¹⁵.

Dessa forma, mesmo com a vivência do registro de sífilis a partir da leitura do documento acima citado, e sendo essa uma doença sexualmente transmissível, ainda não tínhamos como confirmar a existência de práticas homoeróticas na instituição. Isso só foi possível a partir dos documentos referentes a processos contra funcionários. Foi só a partir de 1922 que foi plausível verificarmos a existência de tais práticas na instituição.

Sendo assim, na tessitura da pesquisa no acervo do Centro de Memória José do Patrocínio, tivemos contato com duas caixas: uma com os documentos de 1922¹⁶

¹⁵ Como fora mencionado na nota 2, não havia estudantes do gênero feminino no ano de 1919, dificultando assim a possibilidade de contágio por práticas eróticas entre meninos e meninas.

¹⁶ Mencionamos na nota 2 que tínhamos indícios da presença de meninas no ano de 1923, o que colocaria a análise sobre o homoerotismo na instituição em dúvida, todavia o documento trabalhado intitulado “*Declarações*” menciona explicitamente práticas homoeróticas entre os alunos 276 e 256.

e outra com documentos de 1923. Ambas possuíam os rótulos “Instituto Ferreira Viana, Correspondências – Comunicados Internos”; a primeira continha um total de vinte e cinco documentos e a segunda seis documentos. Nos dois invólucros encontramos vários documentos relativos a serviços clínicos, relatórios médicos e outros, contudo, dois deles chamaram em especial a nossa atenção. O primeiro, datado de 1922, estava em uma pasta denominada “Série de comunicados internos dirigidos ao diretor sobre o funcionário Sebastião Gomes Leal”, que foi acusado de “atos atentatórios a moral”, e o segundo, de 1923, cognominado “Caso onde o empregado Victorino foi acusado de indecências com o aluno 258”, este será alvo de nossas interpretações e leituras a seguir.

O documento do ano de 1923 contém cinco folhas de papel almaço e se intitula “*Declaração*”. A seguir, faremos a transcrição de uma parte dessa declaração, por se tratar de efetiva denúncia de atos imorais praticados por um funcionário do Instituto Ferreira Viana a vários alunos.

10/09/1923
Declarações

Do aluno 263 Osvaldo Mendes Dias: que há um mês mais ou menos, a porta da copa, após o jantar das inspectoras, foi agarrado na porta e por ele acariciado de maneira immoral; tendo por isso o declarante gritado; não veio nas proximidades do local em que se deu o facto, pessoa alguma que possa apresentar como testemmunha; que sabe ter o empregado Victorino, por habito, tratar o alunno nº 137, com carinhos poucos decentes e usar para com o mesmo alunno de expressões, tais como “meu benzinho”, “meu cadete”, e etc, e isso mesmo foi dito pelo próprio alunno 137, que também ao declarante disse, que, o alunno nº 246 foge do empregado Victorino; que ignora os motivos que levam o 246 a fugir desse empregado. Disse mais, que, sabe haver entre alguns alunos a practica de atos immorais e entre os que assim procedem estão os de números 276 e 256, e isso lhe foi revelado pelo de nº 190 que disse ao declarante tê-los vistos nessa practica, à tarde, no gallinheiro. [...].

(Arquivo do Centro De Memórias José do Patrocínio, 1923, Caixa Instituto Ferreira Viana – Comunicados Internos “Caso onde o empregado Victorino foi acusado de indecências com o aluno 258”).

O documento acima é referente às declarações de onze alunos do Instituto Ferreira Viana contra o funcionário Antonio Victorino. Todos os depoentes relataram que eram vítimas de *imoralidades* por parte do mesmo; um deles chegou afirmar que, uma vez, como ajudante de cozinha, teve as suas coxas várias vezes acariciadas por Victorino, apesar de ele não ter dado consentimento, e que por isso

se recusava a ser seu ajudante. É importante enfatizar mais uma vez que a declaração do aluno 263 foi escolhida para ser transcrita por ser significativa e por mencionar que existiam práticas homoeróticas consentidas entre alguns alunos no galinheiro da instituição. Sendo assim, a partir dessas declarações, tivemos evidências contundentes de que existiam práticas homoeróticas, consentidas ou não, no Instituto Ferreira Viana.

O que nos chama a atenção é a forma aparentemente indignada em que foi redigida a declaração acima destacada. Tal repulsa é mais um elemento que nos mostra como era importante a moralidade dentro da instituição, tendo como referência o controle do corpo. O uso do termo atos imorais, contido na declaração do aluno, só reforça a ideia de que um dos principais projetos do instituto era a docilização dos corpos e que o homoerotismo era algo a ser combatido.

Entretanto, a resposta dada pelo diretor do Instituto Ferreira Viana, acaba por nos dar pistas de que as autoridades não sabiam muito bem o que fazer em situações que envolviam práticas homoeróticas. Segundo o diretor: *a vista do presente inquérito dispense os serviços do servente da copa Antonio Victorino e envio para o seu lugar o senhor João Victor, sem mais detalhes e nem comentários.*

Últimas considerações

Tendo em vista o exposto até aqui, parece pertinente afirmar que houve práticas homoeróticas na Casa de São José/Instituto Ferreira Viana. Por opção metodológica, fizemos aproximações sucessivas das fontes com o tema do homoerotismo. A ideia era também fazer com que o leitor acompanhasse todas as etapas da pesquisa a partir da organização do material que endossava a nossa investigação.

Com efeito, as pistas, indícios e sinais utilizados no texto foram organizados de forma a dar ao leitor a sensação de desvelamento da realidade, respeitando, assim, o paradigma indiciário de Ginzburg (1989).

Destacamos que a governamentalidade em prática na Casa de São José/Instituto Ferreira Viana serviu para atender a uma demanda política específica da primeira república, em especial, a ideia de regeneração moral da sociedade e da higienização da população e da cidade. A proposta republicana de construir um novo Brasil precisava de ações condizentes

com tal política. Nesse sentido, a Casa de São José/Instituto Ferreira Viana atendeu pertinentemente a este projeto.

Contudo, a vida pulsante na instituição fugiu às ações do comando daquilo que estava instituído, não se deixando amarrar somente pelas normas de regulação das condutas dos asilados. Os meninos e jovens que a habitavam desenvolveram táticas de enfrentamento às regras de controle moral dos seus comportamentos. Seus desejos, sensações e emoções foram exercidos. É preciso ter em mente a complexidade presente nas instituições, pois as mesmas serão efetivamente mais do que se espera delas. As ações dos sujeitos subvertem o que está prescrito, evidenciando que existem outras maneiras de se viver em uma instituição total.

A partir de tudo o que foi dito até aqui, é importante enfatizar mais uma vez que as leituras que aqui foram feitas, a partir dos documentos pesquisados, estão no campo das possibilidades. Ressaltamos então a potencialidade das fontes documentais da Casa de São José/Instituto Ferreira Viana, principalmente, para desinvisibilizar a questão do homoerotismo dentro de instituições escolares da primeira república, ou seja, reconstruir uma história passada que está silenciada pelo tempo.

Referências

ALONSO, Angela. De Positivismo e de Positivistas: Interpretações do Positivismo Brasileiro. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 42, p. 109-133, abri/jun, 1996.

AVELLEIRA, João Carlos Regazzi; BOTTINO, Giuliana. Sífilis: diagnóstico, tratamento e controle. **Revista Brasileira de Dermatologia**. Rio de Janeiro, v. 81. n.2, p. 111-126, mar/abr, 2006.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

CAMARA, Sônia. **Sob a Guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920**. Orientadora: VIDAL, Diana Gonçalves. 456 p. Tese, Doutorado em Educação. USP (Faculdade de Educação), São Paulo, 2006.

_____. Por uma Cruzada Regeneradora: a cidade do Rio de Janeiro como canteiro de ações tutelares e educativas da infância minorizada na década de 1920". In: VIDAL, Diana Gonçalves (org). **Educação e Reforma: o Rio de Janeiro nos anos 1920-1930**. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.

CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. **Filosofia Unisinos**, Porto Alegre, v. 11, n.1, p. 33-43, jan/abr, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Aquiles e Troilos: a intrusão de um subtema homoerótico numa temática do ciclo de Troia. In: ESTEVES, Anderson Martins; AZEVEDO, Katia Teonia; FROHWEIN, Fábio. **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras/Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, 2014.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CUNHA, Luiz Antonio. O Legado da Ditadura para a Educação Brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr/jun 2014.

ESTEVES, Anderson Martins; AZEVEDO, Katia Teonia; FROHWEIN, Fábio. Apresentação. In: ESTEVES, Anderson Martins; AZEVEDO, Katia Teonia; FROHWEIN, Fábio. **Homoerotismo na Antiguidade Clássica**. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras/Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Ditos e escritos: estratégia – poder e saber**. v. 4. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

_____. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **Segurança, Território, População. Curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Ditos e escritos: ética, sexualidade, política**. v. 5. Rio de Janeiro, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **A Micro história e outros ensaios: memória e sociedade**. Lisboa: Difel, 1991.

_____. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GREEN, James. **Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: UNESP, 2000.

LINS, Ivan. **História do Positivismo no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

POR UMA HISTÓRIA DE PRÁTICAS HOMOERÓTICAS...
SEPULVEDA, D.; SEPULVEDA, J. A.

SILVA, José Cláudio Sooma. "Acima de qualquer suspeita": disciplina, subversão e processo administrativo no Instituto Profissional João Alfredo/RJ no final dos anos 1910. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, v. 4, n.2, p. 78-94, abri/jun, 2009.

SOUZA, Maria Zélia Maia de. Governo de Crianças: o Instituto Profissional José Alfredo (1910-1933). **Revista História da Educação**. Porto Alegre, v. 16, n. 38, p. 140-166, jan/mar, 2012.

Submetido em 15/07/2018

Aprovado em 16/12/2019

Licença *Creative Commons* – Atribuição NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)